



**PRÁTICAS INCLUSIVAS E INTEGRATIVAS PARA PESSOAS SURDAS, CEGAS E
COM BAIXA VISÃO EM PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO NA REDE
MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO – PE**

Arségila Sandra Ferreira das Neves ¹
Joane Caroline de Paula Gomes ²

RESUMO

O presente trabalho retrata a participação dos estudantes com deficiência, especificamente os estudantes surdos, e com deficiência visual, nos programas Alfabetiza Já e Ler Mais. Estes Programas são destinados aos estudantes da rede municipal de ensino do Cabo de Santo Agostinho, que não foram plenamente alfabetizados, e foram prejudicados pelo impacto provocado pelo Covid-19, que intensificou as fragilidades pedagógicas, expressivamente no que se refere a consolidação da alfabetização e letramento. Em especial, percebeu-se uma necessidade específica relativa à aquisição da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, pelos estudantes surdos, o que representa um prejuízo significativo na aprendizagem, no desenvolvimento e participação social. O mesmo se deu com os estudantes cegos e com baixa visão. Observou-se o não domínio do sistema de leitura e escrita Braille e a pouca capacidade de autonomia para as atividades do cotidiano por esses estudantes, que não estavam sendo estimulados no desenvolvimento de habilidades que lhe são de direito garantido por lei. O presente trabalho discorrerá sobre a inserção desses estudantes nos programas de alfabetização, mas com foco em suas necessidades específicas. Apresentará como esses estudantes são identificados, acolhidos e a adaptação feita para que o atendimento especializado necessário fosse dado da melhor maneira possível. Para a execução das ações proposta também foi preciso um trabalho junto as famílias, de forma a assegurar-lhes a segurança de seus filhos, a importância do trabalho específico voltado para a necessidade gerada pela deficiência e, como a interação com outros pares beneficiariam o desenvolvimento cognitivo e social deles. Os estudantes aptos a participarem dos programas foram identificados através do teste de fluência em LIBRAS, no caso dos estudantes com surdez; e com a aplicação de uma diagnose que avaliava o domínio do sistema Braille para os estudantes com cegueira e baixa visão. As oficinas acontecem com professores especialistas em LIBRAS, Braille e ensino de autonomia e mobilidade para pessoas com cegueira e baixa visão monitorados pela Coordenação de Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Alfabetização. Inclusão. Surdez. Cegueira.

¹ Licenciatura em Geografia, especialita em Educação Especial e em Atendimento Educacional Especializado. Coordenadora da Educação Inclusiva, na Secretaria Municipal do Cabo de Santo Agostinho/PE. E-mail: arsegila.neves@gmail.com;

² Licenciatura em Letras, Coordenadora do Ensino Fundamental (Anos Finais). E-mail: jcarolinegomes@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, afirma que a educação é um direito de todos, e assegurado pelo Estado. Por ser um direito subjetivo e inalienável, crianças a partir dos 4 anos de idade e adolescentes até os 17 anos devem estar inseridos na escola e ter a alfabetização assegurada, independente da condição social, gênero, etnia, orientação sexual e religiosa. Sobretudo, é através da educação que as pessoas conseguem compreender a vida em várias dimensões a partir da compreensão dos seus direitos que são fundamentais para melhoria da condição humana.

Nessa totalidade, a escola surge como pilar na garantia desse direito para todas as pessoas, compreendendo a política de Educação Inclusiva. Essa modalidade atende as pessoas com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação. Nesse sentido, o ambiente escolar torna-se fundamental para todas as crianças, visto que, nesse meio as crianças são imersas num mundo social de maneira mais ampla, através das relações de partilhas, compartilhadas com pessoas fora de seus laços familiares. É nessas interações, que todas as pessoas aprendem a conviver com as diferenças característica comum as pessoas, com esse contato com a diversidade, com um mundo mais plural, produzindo e reproduzindo uma sociedade mais tolerante, justa e igualitária.

Assim sendo, a Rede Municipal de Ensino do Cabo de Santo Agostinho- PE, no período de 2020 e 2021, através de dados comprobatórios, atestou um alto índice de estudantes que não consolidaram o processo de alfabetização - situação agravada pelo período pandêmico – e, pensando na garantia do direito constitucional e fundamental, que assegura a alfabetização, o município, através da Secretaria de Educação propõe ações emergenciais para recomposição do direito a alfabetização. Com isso, foram apresentadas estratégias para consolidação da alfabetização de todos os alunos e alunas, o que também incluem aqueles que mesmo tendo finalizado esse ciclo, ainda apresentavam dificuldades na apreensão da leitura e escrita. Dessa forma, foram implantados o Programa Alfabetiza Já, voltado para estudantes dos Anos Iniciais, e o Programa Ler Mais para estudantes dos Anos Finais.

Nesse contexto, na educação inclusiva, percebe a necessidade de incluir estudantes com cegueira, baixa visão e surdez nos programas de alfabetização, para alfabetizá-los no sistema de leitura e escrita Braille, no português escrito para os estudantes com baixa visão, considerando as adaptações necessárias e na língua brasileira de sinais – Libras. Essa decisão, é um paradigma educacional fundamentado na concepção de Direitos Humanos, que conjuga

igualdade e diferença como valores indissociáveis. Assim, a escolarização cumprirá sua função social com justiça e equidade, assegurando uma educação integral, que reconhece o desenvolvimento dos indivíduos de forma global. A escola reconhece seu espaço como um lugar acadêmico, de acolhimento, cuidado e respeito, em que as crianças e os adolescentes comecem a reconhecer-se e engajar-se, e se sintam incluídos.

Além disso, os objetivos, metas e etapas desse processo de alfabetização foram pensadas de maneira que as práticas educativas fossem direcionadas apenas para as pessoas com deficiência visual e surdez, com isso, as salas de aulas foram criadas para atender as especificidades de cada deficiência, nesse caso os estudantes com surdez e deficiência visual. Outrossim, a urgência da recomposição da aprendizagem dos estudantes que apresentaram déficit é um fator determinante para eles que possam continuar avançando em estudos posteriores. Sobretudo, conforme os documentos legais, tais como a Constituição Federal - CF/1988 que em seu art. 206, inciso I, que traz como princípio norteador para a educação, “a igualdade de condições para o acesso e permanência de todos os estudantes na escola”, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, no seu art. 58, preconiza que “entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade da educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

A efetivação dessas leis significa proporcionar a igualdade de oportunidade para todos e todas, considerando suas especificidades e a eliminação das barreiras de várias ordens, entre as quais nos deteremos nas físicas, comunicacionais e atitudinais que possam causar a exclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Assim, foram criadas estratégias para a inclusão dos estudantes surdos, cegos e com baixa visão na implementação dos Programas supracitados. A primeira ação foi identificar os estudantes surdos e surdas da rede de ensino, para em seguida realizar um teste de fluência em LIBRAS, elaborado pela Coordenação de Educação Inclusiva através da pasta de Educação de Surdos.

A partir do diagnóstico dos resultados, foi constatado que, os estudantes que estavam nas salas regulares das escolas, chegavam ao 9º ano de escolarização, sem ter adquirido conhecimento da sua língua materna, submete as pessoas surdas a uma violência comunicacional ao serem privados de sua língua natural, levando-os ao isolamento social e familiar, evidenciado no discurso de Laboritt (1994, apud Strobel, 2008b, p. 50) que afirma: “[...] Porque é preciso sempre pedir, puxar alguém pela manga ou pelo vestido para saber, um pouco, um pouquinho, daquilo que se passa em sua volta. Caso contrário, a vida é um filme mudo, sem legendas”. O que indica que, o não acesso a sua língua materna, é uma posição



autoritária da sociedade ouvintista e majoritária, que deixa evidente a aversão ao diferente, trazendo a invisibilidade desses indivíduos, negando ao outro seus direitos humanos violando sua dignidade. Para haja um ensino satisfatório em libras na sala de aula regular é preciso conhecer métodos, adotar didáticas variadas e transpô-las. Todavia, é comum que profissionais intérpretes de LIBRAS das salas regulares, necessitem compreender que o estudante surdo e surda, se torna fundamental dominar o sistema linguístico de comunicação - Libras, como também da língua portuguesa escrita.

Portanto, foi identificado que essa aprendizagem não alcançou os objetivos desejados e impostos no plano de ensino, o que fez com que esses estudantes se tornaram “analfabetos” em sua própria língua materna, impossibilitando o acesso a todos os outros direitos. Principalmente, prejudicando seu desenvolvimento acadêmico, e as suas interações no ambiente escolar, quando se depara com as barreiras comunicacionais, que é o principal impedimento para o seu desenvolvimento, deixando danos para toda a vida, reforçando posições de inferioridade, capacitismo e exclusão em todas as esferas sociais.

No caso dos estudantes de baixa visão e cegueira, a primeira ação foi identificá-los na rede de ensino, acessando também os dados estatísticos do Censo Escolar, em que eles foram identificados, e em seguida a aplicação de uma diagnose elaborada pela pasta de Educação da Deficiência Visual na Coordenação de Educação Inclusiva, a ser respondida pelo profissional especializado, o braillista que acompanhava o mesmo na sua trajetória no ensino regular. Percebeu-se que os estudantes com deficiência visual e com baixa visão, passavam todo o percurso escolar sem consolidar o processo de alfabetização do português escrito para os estudantes com baixa visão e do sistema de leitura e escrita Braille para os estudantes com cegueira e muito menos aprender e desenvolver habilidades específicas para sua autonomia pessoal e vida social autônoma, reforçando o capacitismo, expressando a inferioridade desse indivíduo, relacionando-a a deficiência, acarretando em prejuízos de aprendizagens, socialização e autonomia.

JUSTIFICATIVA

Sobre o Programa Ler Mais que atende a estudantes dos Anos Finais, e essa nomenclatura foi pensada, considerando que se trata de adolescentes, e eles poderiam de certa rejeitar pelo fato de estarem sendo alfabetizados, se sentindo infantilizados, o que também é bem importante, é a inclusão dos alunos do EJA em ambas as etapas, no Ler Mais e Alfabetiza



Já. Levando em consideração que para além das dificuldades históricas em alfabetizar os estudantes já conhecida no Brasil, recentemente, destaca-se o impacto provocado pela pandemia por Covid-19 que cerceou a permanência efetiva e presencial dos estudantes na escola durante boa parte do biênio 2020-2021, e, por conseguinte, intensificou as fragilidades pedagógicas, notadamente, no que se refere à consolidação da alfabetização e do letramento.

A priori, o Programa Alfabetizar para os anos iniciais, têm como objetivo incentivar ações para alfabetização dos estudantes para as turmas de 1º a 5º anos e para a EJA na etapa inicial, essas as ações são desenvolvidas na escola dentro do horário regular durante a semana no contraturno. Já para os educandos do 6º aos 9º anos (Anos Finais), que completaram o ciclo de alfabetização regular sem estarem alfabetizados, as ações que objetivam a recomposição da aprendizagem de leitura e escrita se dão aos sábados (6º ao 9º ano).

METODOLOGIA

O programa Alfabetiza Já! e o Programa Ler mais, compreendem que um caminho para favorecer esses estudantes no processo de alfabetização, é ofertar oficinas de alfabetização em LIBRAS para os alunos e alunas com surdez. Para os estudantes com cegueira as oficinas são em Braille, e para os estudantes com baixa visão em português escrito, com foco em leitura e escrita, levando em consideração o nível de escrita do estudante e sua proficiência em leitura. Acerca da formação dos profissionais que atuam na docência com esses públicos, foi realizada primeiramente a seleção de professores especializados, brailista e intérprete de Libras.

Esses educadores passaram por uma formação pedagógica de orientações do trabalho a ser desenvolvido, da proposição de atividades diversas orientadas pela equipe pedagógica do programa e compiladas no Caderno de Orientação aoicineiro. Em seguida, foram discutidos acerca de como se daria o processo das adaptações necessárias para o estudante de acordo com a sua necessidade específica da deficiência, no caso Braille para pessoas com cegueira e Libras para pessoas surdas. Além disso, a ludicidade proporcionando momentos de interação entre os estudantes, conversação, partilha de ideias, bem como, foram ofertadas atividades para a escrita e leitura nos casos dos estudantes com deficiência visual, e situações de vivências para os estudantes com surdez favorecendo o ensino da Libras.

Assim, na primeira oficina os estudantes são submetidos à uma diagnose inicial que servirá de instrumento para realização do planejamento das oficinas e formação de grupos produtivos. E servirão para avaliar a aprendizagem dos estudantes ao longo do programa.



Também, fazem o registro da rotina diária das atividades realizadas, bem como o monitoramento da frequência dos estudantes, sendo continuamente avaliada pela equipe pedagógica do programa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os programas alfabetizam Já e Ler Mais são ações inovadoras criados pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, visto que, oportuniza estudantes ditos normais, e com deficiência a conviverem juntas no processo de alfabetização, significando um passo fundamental para esse público-alvo que traz ainda maiores avanços de aprendizagem significativos no seu desenvolvimento. No decorrer da inclusão e convivência entre estudantes, famílias e profissionais da educação, tivemos resistência dos profissionais da educação e familiares na inserção desses estudantes nos programas, pois não acreditavam no funcionamento ou não viam importância na participação desses sujeitos, para essas pessoas, era algo muito novo e diferente. Ademais, tínhamos o desafio de junto com esse profissional (oficineiro) especializado propor uma metodologia que diferenciasse da rotina diária das salas regulares, considerando um ambiente alfabetizador, porém, dinâmico, inclusivo e prazeroso, onde houvesse a valorização desses indivíduos enquanto ser capaz.

A partir do caderno de Orientações, osicineiros especializados deveriam fazer o processo de adaptação de acordo com a necessidade específica de cada pessoa e sua deficiência, conforme o artigo 53 da Lei 13.146 (BRASIL, 2015), a acessibilidade é um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social, o que coaduna com a aprendizagem do seu sistema de leitura e escrita para pessoas com deficiência visual, bem como a língua materna para os surdos, garantimos a essa pessoa o direito de acessibilidade ao mundo que o cerca, assim, as aulas se desenrolam ofertando um conteúdo significativo, parte das vivências desses educandos, tornando as aulas, acessíveis, interessantes e motivadoras a todos os participantes. Pudemos observar ainda, que a frequência desses estudantes atingiu cerca de 90% de frequência principalmente aos sábados, mais especificamente com os estudantes surdos. Os pais felizes afirmam reconhecer a importância da inserção dos seus filhos no programa. Ademais, a proposição desses encontros, eram de olhar o educando como ser único, individual, trabalhando naquilo que era específico de sua necessidade de aprendizagem, e lhe proporcionasse autonomia em toda a sua vida.



Nesse sentido, levamos em consideração as adaptações das atividades, seja o negrito, ampliado, o contraste de cores, o uso de caderno de pauta dupla para os educandos com baixa visão a quem houvesse necessidade, bem como a introdução do uso da reglete para a escrita no sistema de leitura e escrita braille para os estudantes cegos, para além disso, sala bilíngues para os estudantes surdos, onde todo o contexto de ensino se dá em Libras, desde o bom dia, o desenvolvimento das atividades, além da troca de conhecimentos, formação de amizades, saíram da invisibilidade e passaram a ser protagonista de sua história, criando vínculos com seus pares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordamos acerca da alfabetização dos estudantes com deficiência visual e o estudante surdez em integração nos programas Alfabetiza Já e Ler Mais, da rede municipal de ensino do Cabo de Santo Agostinho. Os resultados que obtivemos mostraram a importância de os estudantes surdos terem aquisição de sua língua materna e os estudantes com deficiência visual terem acessibilidade de adaptações em suas atividades pedagógicas e do sistema braille para acesso à leitura e escrita, garantindo equidade e a garantia de educação para todos, como prevê a Constituição Federal (1988).

Pudemos constatar, que antecedente aos programas supracitados os educandos surdos e com deficiência visual viviam um isolamento social, restrito a ele e ao intérprete de Libras e ou braillistas, sem contar que ainda, em sua maioria não dominavam sua língua materna e se comunicavam com gestos, ou seja, nas falas dos professores regentes, braillista, intérpretes de Libras, gestores escolares e ou supervisores pedagógicos, havia uma concepção no ambiente escolar que atribuía a incapacidade de aprendizagem, e socialização a deficiência. E nos depoimentos desses profissionais ocorreu uma mudança significativa no comportamento, participação das atividades escolares, semblante mais sorridente e inserção com mais frequência as redes sociais, visto que com seus pares passaram a utilizarem as mídias sociais como forma de comunicação, tudo isso foi perceptível para a escola no desempenho dos alunos no ensino regular.

As famílias passaram a validar a Libras como língua essencial para seu filho (a), e o estudante protagonista de sua história no sentimento de pertencimento. Diante do exposto, a intenção em pensar programas que contemplassem ao mesmo tempo pessoas com deficiências e pessoas sem deficiências, é um caminho que resulta na equação direito, justiça e equidade, é

fato que incluir preferencialmente no ensino regular é uma bandeira que adotamos desde 1996, através da lei de Diretrizes de Base – LDBEN. Diante de tudo isso, fica evidente que, não basta apenas a legislação, é preciso torná-la efetiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL, República Federativa. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso: 06 de agosto de 2018.

BRASIL, República Federativa. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2017.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

LACERDA, Cristina A. Inclusão de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre essa experiência. Campinas, 2006.

LORENZI, Gisele Maria Amim Caldas. Pesquisa-ação: pesquisar, refletir, agir, transformar. Curitiba: Intersaberes, 2021.

LIMA, F. J. Barreiras atitudinais: Obstáculos à pessoa com deficiência na escola. 2007.

STAINBACK, Susan e STAINBACK, W. Inclusão: guia para educadores. Artes Médicas, 1999.

MATOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, p.9, 1998.

BRASIL, 2000. Lei 10.098. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000.

SKLIAR, Carlos. **A educação para surdos entre a pedagogia especial e as políticas para as diferenças: desafios e possibilidades na educação bilíngue para surdos.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1998.